

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS NO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

FRÓES, Hélen R. P.¹, MACHADO, Michela L.S.², MARTINS, Claudete da S. L.³

¹ Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Bagé – RS – Brasil

² Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Bagé – RS – Brasil

³ Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Bagé – RS – Brasil

RESUMO

A partir da promulgação da Lei 10.639/2003 torna-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de educação básica. Por perceber a ausência de discussões desta temática apresento esta pesquisa onde me propus a investigar, a partir de uma proposta de formação continuada, quais conhecimentos os professores possuem sobre a Lei 10.639/2003; conhecer práticas pedagógicas inovadoras que contemplem a temática; identificar aspectos facilitadores e dificultadores para práticas pedagógicas inovadoras; discutir a importância do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica. Anterior ao início da pesquisa foi realizada na escola um encontro de formação continuada com objetivo de desvendar os olhos dos participantes para que encontrassem em suas práticas diárias a oportunidade de inserir reflexões da temática étnico-racial. Foram sujeitos da pesquisa 14 professores lotados nesta escola em 2017. Para coleta de dados foi utilizado questionário, entrevista e diário de campo. Percebe-se através da análise dos dados que os professor investigados sabem da existência da Lei mas pode-se afirmar também que desconhecem o conteúdo e portanto, saber da existência não é suficiente para contemplar a História e cultura Africana e Afro-brasileira nas atividades cotidianas e na inserção de uma prática pedagógica inovadora. Pode-se constatar que assumir uma postura reflexiva e emancipatória exige bem mais do que se oferece atualmente em relação a formação continuada. Ainda há um longo caminho a ser percorrido e nele ainda, possivelmente esbarraremos nos anseios, metas e proposições de cada sujeito. Apesar de ser uma caminhada coletiva, também é uma caminhada individual.

Palavras-Chave: Formação continuada. Ensino da história e cultura Afro-brasileira. Relações étnico-raciais. Prática pedagógica inovadora.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a legislação brasileira a presença do sujeito na escola dos 04 aos 18 anos de idade é obrigatória o que torna de suma importância que as discussões sobre racismo, dentre outros temas, sejam discutidas e refletidas dentro do espaço educativo. Nesse sentido me utilizo da Lei 10639/2003 e do lugar de componente do grupo de gestão da escola onde foi realizada a pesquisa para propor ao grupo de professores repensar nossas ações dentro da escola, repensar a forma como lidamos com as relações raciais e que propostas de intervenção apresentamos para superação da desigualdade social e cultural que atinge a população negra.

Neste trabalho me propus investigar, a partir de uma proposta de formação continuada, quais conhecimentos os professores possuem sobre a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o Ensino da temática Histórica e Cultura Afro-Brasileira; Conhecer práticas pedagógicas inovadoras que contemplem a temática; identificar aspectos facilitadores e dificultadores para práticas pedagógicas inovadoras; discutir a importância do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica. Foram sujeitos da pesquisa 14 professores lotados nesta escola em 2017, sendo que 07 destes participaram da formação continuada realizada na escola em 2016, três estavam neste dia em outra formação fornecida pela mantenedora e 04 ainda não estavam lotados na escola onde ocorreu a pesquisa. Para coleta de dados foi utilizado questionário, entrevista e diário de campo. Seguindo os pré-requisitos elencados foi possível dar continuidade a pesquisa com uma professora. Esta leciona matemática em três das quatro turmas de anos finais da escola, o que torna a pesquisa bastante singular, pois tanto no corpo da Lei 10.639/2003, quanto no nosso imaginário, que muitas vezes tende a encaixar as coisas em algum lugar, a matemática não seria o componente curricular “imaginável” de aplicabilidade da Lei.

2 METODOLOGIA (MATERIAIS E MÉTODOS)

Considerando a relação entre mundo real e o sujeito que embasa esta pesquisa a abordagem adotada tem caráter qualitativo, o tipo de pesquisa adotada foi pesquisa de campo de natureza descritiva.

A pesquisa de campo foi realizada com os professores lotados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. João Thiago do Patrocínio, localizada no município de Bagé, onde a pesquisadora atua como Orientadora Educacional desde 2011, fato que favoreceu a observação direta e a coleta de dados..

O questionário foi adotado como instrumento da pesquisa por ter uma ampla abrangência e manter uma uniformidade nas respostas. Contendo questões abertas e fechadas, foi aplicado com os professores que atuam na escola investigada, de maneira individual, na sala da Orientadora Educacional. As questões postas aos sujeitos da pesquisa visavam responder aos seguintes objetivos: identificar o conhecimento dos professores sobre a existência da Lei 10.639/2003; investigar se o grupo considera importante a existência de ações afirmativas para valorização e reconhecimento do povo negro, verificar se a formação continuada contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que contemplem a cultura

afro-brasileira bem como identificar aspectos facilitadores e dificultadores para realização de práticas pedagógicas inovadoras que envolvam a temática.

A continuidade da pesquisa se deu considerando os seguintes critérios: declaração de interesse em participar da pesquisa manifestada no questionário, participação da formação continuada oferecida pela escola em 2016 e após ter proporcionado aos alunos atividade inovadora de acordo com a Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003). De acordo com os critérios elencados apenas uma professora se encaixou no perfil almejado. Os professores foram identificados por pseudônimos na citação de suas falas, sendo a professora entrevistada e que teve sua prática inovadora observada, identificada como P10.

A entrevista foi do tipo semi-estruturada. As questões apresentadas à professora tinham por objetivo averiguar se a formação continuada que participou em 2016 favoreceu para que propusesse aos alunos o projeto; quais dificuldades encontrou para desenvolvimento do projeto e se os objetivos propostos foram alcançados.

No diário de campo foram registradas a forma como se construiu a formação continuada, como se deu a escolha das atividades desenvolvidas, as expectativas da pesquisadora, a adesão dos professores a proposta e a maneira como todos absorveram o momento da formação.

No tratamento de dados aplicou-se a análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 32) qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não, por este, deveria ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise do conteúdo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei Federal 10639/03 determina que os conteúdos sobre história e cultura Africana e Afro-brasileira sejam abordados em todos os níveis de ensino das redes privada e pública de todo o Brasil. Contudo, o conhecimento dos professores em relação ao conteúdo da Lei (BRASIL, 2003) ainda está bastante precário pois existe uma deficiência na formação inicial e na formação continuada de professores, a dificuldade que encontramos em encarar e discutir as questões raciais e o preconceito ainda velado e negado no Brasil, são fatores que propiciam para que a abordagem da temática em sala de aula ainda dependa mais da iniciativa pessoal do professor do que de um ação conjunta e planejada pela escola. SILVA, 2011 diz que:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. (p. 12)

Questionado ao grupo de professores participantes da pesquisa se teriam conhecimento da Lei 10.639 (BRASIL, 2003) nove professores responderam conhecer em parte e cinco professores responderam conhecer. A princípio as respostas parecem positivas, pois dentre os entrevistados nenhum respondeu desconhecer a Lei (BRASIL, 2003) porém, compreendendo conhecer como pressuposto para poder falar sobre, as respostas dos professores nos leva a diferenciar conhecer e saber da existência, tornando as respostas menos entusiasmadora.

Quanto a participação em curso de formação continuada abordando a História e Cultura Afro-Brasileira 71% dos entrevistados já participaram de alguma formação pedagógica abordando a temática o que demonstra que a maioria dos professores já ouviram sobre a Lei 10.639/2003.

Esta participação se dá predominantemente em cursos com até 4h de duração. O fator tempo apesar de não ser determinante incide diretamente sobre as propostas de trabalho que ocorrerão dentro da formação e na promoção de um debate qualificado entre professores, que lhes permitam primeiramente refletir sobre suas concepções a cerca da temática e se capacitar para promover este debate em sala de aula. A questão do tempo ser pouco apareceu nas respostas em relação as expectativas dos participantes como fator negativo.

Sabemos que a palavra inovar esta bastante presente no cotidiano escolar. Ela surge demandada por vários segmentos que possuem participação na forma com se conduz a educação podendo ser pelas políticas públicas que se modificam a cada grupo que se estabelece no poder, como pela dinâmica da sociedade ou pela inquietação do professor.

Para uma atividade ser considerada inovadora devemos identificar nela quatro atributos, são eles: a intencionalidade, a originalidade, a novidade e a racionalidade, segunda Garcia (2009). Na proposta de trabalho desenvolvida pela professora P10 em parceria com seus alunos foi possível identificar estes quatro atributos que estão revelados nas falas da professora e dos alunos. No questionário, que antecedeu o desenvolvimento do projeto a professora P10 já apontava seu ponto de vista sobre a inovação e responde que: *“prática pedagógica inovadora é aquela que sempre busca ideias e atividades diferenciadas que possam melhorar a aprendizagem do aluno”*. (QUESTIONÁRIO, 2017).

Durante a implementação do projeto “Jogos Africanos” a professora se coloca como mediadora da aprendizagem e como colaboradora para que os alunos alcancem os objetivos propostos. Pude observar alguns destes momentos de produção dos alunos e de fato a professora demonstrava muita aprazibilidade na condução das atividades. É possível que tal conduta crie para com os alunos um ambiente de confiança e segurança. Digo isso pois durante a entrevista quando questionada sobre as dificuldades encontradas para desenvolvimento das atividades, P10 respondeu com a tranquilidade que lhe é peculiar: *“com estes alunos não há dificuldades”*.

4 CONCLUSÃO

Os dados coletados nos informam que todos sabem da existência da Lei 10.639/2003, cinco professores declararam conhecer e nove professores declararam conhecer em parte. Quando questionados sobre o que sabem as respostas variam entre saber que tem que trabalhar com o tema em sala de aula, ter pouca informação e que todos somos iguais perante a lei dentre outras. Pode-se afirmar que desconhecem o conteúdo e portanto, saber da existência não é suficiente para contemplar a História e cultura Africana e Afro-brasileira nas atividades cotidianas e na inserção de uma prática pedagógica inovadora.

Foi identificada uma prática pedagógica inovadora na escola, proposta pela professora de matemática sendo que esta disciplina traz consigo o mito de dificuldade e não esta contemplada no corpo da Lei 10.639/2003.

As dificuldades apresentadas para não realização esbarram em questões que possuem pouca ou nenhuma sustentação, a exemplo, ter pouca informação, pouco material disponível e não saber explicar o tema. Haja vista que a realidade

tecnológica, tanto de acesso como diversidade de informação, impossibilitam que se justifique a não inserção dos conteúdos contemplados na Lei 10639/2003 no fazer diário da sala de aula.

Tratar o tema da diversidade na escola é um obstáculo para muitos professores, portanto vai além de ser uma apropriação teórica, é trabalhar em sala de aula de modo a colocar em movimento ideias e práticas que estimulem a proximidade entre diferentes, o que requer dedicação, empenho e convicção.

Enfim, promover uma formação continuada que objetive o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras requer tempo, comprometimento e disponibilidade. Tempo para ler, pesquisar, planejar que apesar de serem atividades inerentes ao magistério acabam muitas vezes sendo suprimidas pela carga horária diária, pelo número de alunos nas salas de aula e/ou de pela quantidade de escolas em que atuamos, levando em consideração também a quantidade de papéis a serem preenchidos e mantidos em dia. Neste contexto o tempo necessário para estudar se aperfeiçoar fica preterido pela demanda burocrática. Comprometimento com educandos que formamos e suas diversas formas de ser no mundo, com a educação que queremos e com a história e com a cultura afro-brasileira que há tempos é esquecida, empobrecida e desvalorizada. Por último, mas não menos importante disponibilidade. Disponibilidade de estar envolvido, de se dispir daquilo que ouvimos como única verdade, de ouvir sobre como sujeito que é negro se percebe numa sociedade racista e excludente e de falar para todos que as diferenças nos acrescentam e nos presenteiam com a possibilidade de sermos melhores, de discutir, argumentar e conciliar quando a intolerância tenta preponderar, enfim dispir-se de todo preconceito e ingenuidade e se fortalecer naquilo que nos é mais precioso que é a própria vida com toda sua diversidade.

5 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: maio, 2016.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

GARCIA, Paulo Sergio. **Um estudo sobre a inovação como estratégia de formação contínua de professores de ciências**. In: VII Enpec Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Florianópolis, 2009.

SILVA, Tomas Tadeu. **Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, MG: Autentica Editora Ltda., 2010.